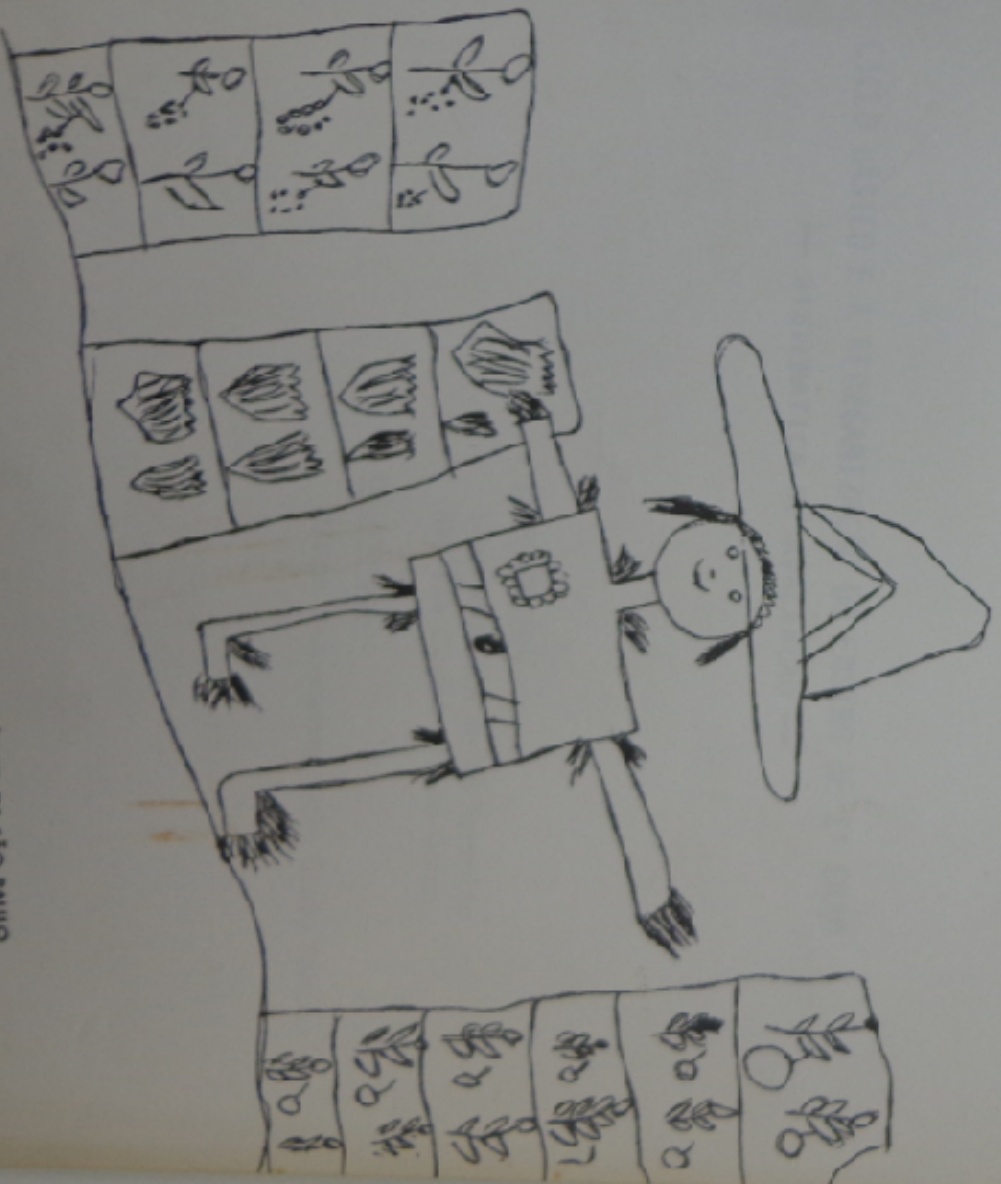


CICLO BÁSICO E A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU

systemática de avaliação

JAN/86



GOVERNO DEMOCRÁTICO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SÃO PAULO
COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS

GOVERNADOR: ANDRÉ FRANCO MONTORO
Secretário: Paulo Renato Costa Souza
Coordenador: João Cardoso Palma Filho

CICLO BÁSICO E A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU
— SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO —

Organização:

Elba Siqueira de Sá Barretto
Marília Claret Geraes Duran

Colaboração:

Equipe responsável pelo Ciclo Básico

CAPA:

A HISTÓRIA do Espetáculo Té-Palma. Orlândia, EIPSO "prof. Alcídio de Souza Prado", s.d. (trab.
dos alunos do Ciclo Básico de Profª Wilma Tamburus Gonçalves. p.1. simog.

SÃO PAULO

1986


© Publicação separada pela Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973.

Projeto: 1.2 - Reorganização do Ensino de 1º Grau. Meta 1 - Ação 3 - Acompanhamento, controle e avaliação da implantação do Ciclo Básico.

Distribuição gratuita

SÃO PAULO (Estado) Secretaria da Educação. Coordenação de Estudos e Normas Pedagógicas. Ciclo Básico e a reorganização do ensino de 1º grau: sistemática de avaliação. São Paulo, SE/CENP, 1986. 60p.

1. Ensino de 1º grau - Reorganização 2. Ciclo Básico - Avaliação I. Título

CENP 0284  CDU 373.3

Serviço de Documentação e Publicações

Impressor: República Federativa do Brasil
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SÃO PAULO
 COORDENADORIA DE ESTUDOS E NORMAS PEDAGÓGICAS
 Rua João Ramalho, 1546
 05008 - São Paulo - SP
 Telefone - 864-5700

SUMÁRIO

	pág.
APRESENTAÇÃO	07
A REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU - CICLO BÁSICO	11
DOCUMENTOS LEGAIS - SISTEMÁTICA DA AVALIAÇÃO NO CICLO BÁSICO	21
- Conselho Estadual de Educação - Parecer Nº 1788/85 - da Câmara de Ensino do Primeiro Grau	21
- Resolução SE Nº 241/85 - Dispõe sobre a sistemática de avaliação no Ciclo Básico	21
- Anexo da Resolução SE Nº 241/85 - Modelo de Ficha Descritiva do Rendimento do Aluno do Ciclo Básico	24
- Comunicado SE de 29/11/85 - Estabelece os parâmetros para fins de promoção dos alunos do Ciclo Básico para a 3ª série do 1º Grau	31
- Comunicado Conjunto CEI/COGSP/CENP/DISAETE, sobre o Histórico Escolar	33
- Decreto Nº 21.833 de 28/12/83 - Institui o Ciclo Básico	33
EXPLICANDO AS ALTERAÇÕES BÁSICAS INTRODUZIDAS NA SISTEMÁTICA DE AVALIAÇÃO NO CICLO BÁSICO	35
ASPECTOS DA CONSTRUÇÃO DA PROPOSTA PARA O ENSINO DE LÍNGUA PORTUGUESA OU DE COMEÇAR A LER ALÉM DAS LETRAS	41
REFLETINDO SOBRE O ENSINO DA MATEMÁTICA NAS SÉRIES INICIAIS	45
FUNDAMENTAÇÃO DOS PARÂMETROS PARA A AVALIAÇÃO DO ALUNO, NO FINAL DO CICLO BÁSICO	47
- Considerações sobre a Avaliação da Aquisição da Leitura e da Escrita no Ciclo Básico	51
- Considerações sobre a Avaliação da Aprendizagem Matemática no Ciclo Básico	53
SUBSÍDIOS PARA O PREENCHIMENTO DA FICHA DESCRITIVA DO RENDIMENTO DO ALUNO NO CICLO BÁSICO	55

"... Não se democratiza o ensino, reservando-o para uns poucos sob pretextos pedagógicos. A democratização da educação é irre realizável intra-muros, na cidade pedagógica; ela é um processo exterior à escola, que toma a educação como uma variável social e não como simples variável pedagógica."

AZINHA, José Maria Pires. Democratização do ensino. *Complexidades do Idéia no ensino paulista*. Cadernos de Pesquisa, São Paulo (30):20, set. 1975.

APRESENTAÇÃO

.....
Vamos achar o diamante
para repartir com todos.
Mesmo com quem não quis vir
ajudar, falta de sonho.
Com quem preferiu ficar
sozinho bordando de ouro
o seu umbigo engelhado.
Mesmo com quem se fez cargo
ou se encolheu na vergonha
de aparecer procurando.
Com quem foi indiferente
e zombou das nossas mãos
infatigadas na busca.
Mas também com quem tem medo
do diamante e seu poder,
e até com quem desconfia
que ele exista mesmo.
.....

Thiago de Mello

No "Encontro de Especialistas de Educação envolvidos com o Ciclo Básico", promovido pela CENP e realizado no Centro do Professorado Paulista nos dias 23, 24 e 25 de setembro de 1985, com o objetivo de apresentar e discutir a proposta de avaliação do rendimento aos alunos da primeira turma que completou os dois anos do Ciclo Básico em 1985, um dos participantes apresentou proposta de que fosse elaborado e distribuído a toda a rede de ensino um boletim divulgando a sistemática de avaliação que estava sendo apresentada e também os demais conteúdos das palestras e debates do Encontro.

A proposta foi aclamada pela maioria dos quase 600 participantes que representavam todas as Divisões Regionais de Ensino e todas as Delegacias de Ensino do Estado de São Paulo.

E aqui está o boletim "Ciclo Básico e a Reorganização do Ensino de 1º Grau" contendo a proposta da sistemática de avaliação no Ciclo Básico apresentada no encontro em forma de minuta, agora transformada na Resolução SE nº 241/85, no Anexo da Resolução SE nº 241/85 e no Comunicado SE de 29/11/85. O boletim contém, também, outras matérias que tratam das justificativas políticas e dos embasamentos teóricos da proposta do Ciclo Básico, tratam da fundamentação da nova proposta de avaliação, das modernas concepções do ensino da língua portuguesa, da importância da aprendizagem compreensiva da matemática.

Esse boletim significa um pouco da história desses dois anos de implantação do Ciclo Básico e do desafio que representa construir, em conjunto com a rede de ensino, uma escola de qualidade para todas as crianças do Estado.

Não que a proposta do Ciclo Básico tenha sido entendida por todos os especialistas e professores ou que esteja sendo aplicada com sucesso em todas as nossas escolas. Muitos educadores ainda fazem resistência à proposta, não aceitam as evidências, alegam que resultará no rebaixamento do ensino.

É verdade que foi bastante ousada e corajosa a decisão de implantar o Ciclo Básico em toda a rede de ensino paulista e não em uns poucos núcleos experimentais aos quais tivessem sido dadas condições locais de trabalho. A prática da democracia exige que as medidas quantitativas e qualitativas para a melhoria do ensino sejam tomadas para toda a população escolarizável e abrangiam o conjunto das escolas. E medidas abrangentes de mudança provocam reações e criam resistências, o que dificilmente ocorre nas experiências piloto em educação, quer porque são criadas condições especiais para o trabalho, quer porque os educadores aceitam participar do projeto.

Durante muitos anos, acreditou-se que essas experiências restritas, ou de se constroem modelos que servem de vitrines para a rede de ensino, pudessem ter um efeito de demonstração que levasse o conjunto das escolas a buscar caminhos parecidos.

A realidade tem nos mostrado sobejamente que esses modelos só funcionam em condições ideais e que, se não houver condições estruturais para a mudança do trabalho na rede, nada acontece na prática a despeito do fascínio que esses modelos possam despertar nos educadores.

As mudanças propostas pelo Ciclo Básico procuram atingir o conjunto das escolas buscando alterar as suas relações fundamentais enquanto relações de ensino dentro da escola de 1º grau.

Nesse sentido, embora o processo se torne mais difícil e poroso, uma vez que a proposta atinge diferentemente as diferentes regiões e afeta diversamente o conjunto dos professores, acreditamos que só dessa forma uma mudança real e consistente chega a acontecer no sistema de ensino. Medidas periféricas e paliativas podem ter um efeito momentâneo, mas não promovem a melhoria qualitativa da escola. A mudança qualitativa da escola de 1º grau deve ocorrer dentro da escola de 1º grau.

Construir uma boa escola para poucos com os recursos disponíveis no Estado de São Paulo é uma tarefa relativamente fácil. O grande desafio é construir uma escola de qualidade para todos.

Depois de dois anos de muitos embates e polêmicas, corrigindo os erros e reforçando os acertos, fazendo reformulações, incorporando as críticas e sugestões da rede, o Ciclo Básico dá início à reorganização efetiva do ensino de 1º grau que deverá se estender às outras séries revendo os programas, redefinindo os conteúdos e metodologias, modificando o processo de avaliação, intervindo na organização da escola.

Cada dia, mais educadores, estão se envolvendo na proposta do Ciclo Básico e em sua continuidade, convictos de que não se pode esperar que as mudanças sociais ocorram para que a escola atue melhor; convencidos de que a escola tem um papel na transformação social. Cada dia, há mais educadores acreditando que a escola é determinada socialmente e ao mesmo tempo é determinante social e que ela será tanto mais transformadora quanto mais competente for a sua atuação. E esse papel é de uma enorme importância política. Esse papel é fundamentalmente o de alfabetizar as nossas crianças.

Ferreiro e Teberosky lembram, na introdução do livro "Psicogênese da língua escrita", que em 1977 a UNESCO quebrou uma tradição não outorgando no dia 8 de setembro, Dia Internacional da Alfabetização, nenhum dos pr

(*) FERREIRO, Emilia & TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Trad. Clara Nyrlian Lichtenstein e outras. Porto Alegre, Artes Médicas, 1985. 284p. II.

miões destinados a recompensar ações realizadas para combater o analfabetismo. O júri tomou essa decisão em razão do aumento do número de analfabetos no mundo, estimados em 1976 em 800 milhões de adultos e declarou que a alfabetização deveria integrar os planos de desenvolvimento nacional dos países atingidos. As autoras continuam o relato com a informação de que, em mensagem publicada nos oc dia, o diretor geral da UNESCO, Amador Matar N'Gou, exorta os Estados a consagrar aos programas de alfabetização uma parte dos gastos dedicados a armamentos, chamando a atenção para o fato de que o custo total de um só avião bombardeiro com seu equipamento equivale ao salário de 250.000 professores por ano.

Nosso país tem aplicado poucos recursos na educação em geral e na alfabetização do povo em particular.

As escolas brasileiras são altamente seletivas e apresentam algumas tendências já cristalizadas no sistema de ensino e, dentre elas, a mais grave é a de barrar a metade das crianças que ingressam anualmente na 1ª série, reprovando-as e negando-lhes direito de se alfabetizarem. É essa tendência que dura quase quarenta anos — responsável pela exclusão de grande parte das crianças do processo de ensino — que o Ciclo Básico conseguirá alterar criando condições para que todas as crianças saibam ler e escrever, tenham acesso ao patrimônio científico e cultural da humanidade e venham a participar do enriquecimento desse patrimônio.

Dessa forma, tomando o ensino acessível à grande maioria da população, nosso Estado estará contribuindo efetivamente para um ensino democrático e para a democratização da sociedade brasileira.

Maria Leila Alves

REORGANIZAÇÃO DO ENSINO DE 1º GRAU: CICLO BÁSICO

Secretaria de Estado da Educação
- São Paulo - ATPCE/CENP

I INTRODUÇÃO

O Recenseamento Geral do Brasil de 1980 indica no Estado de São Paulo uma população de 25 milhões de habitantes, o que corresponde, aproximadamente, a 1/5 da população do Brasil. Destes que vivem em São Paulo, pouco menos de 7 milhões vieram de outros Estados da Federação.

O desenvolvimento urbano e a conseqüente demanda escolar impuseram uma expansão da oferta de ensino público. No Estado de São Paulo, essa expansão traduz-se, atualmente, por uma rede de escolas estaduais distribuídas por todos os municípios num total de 5.500 escolas comuns, 11.900 escolas isoladas, atendendo a 5.500.000 alunos.

Teríamos alcançado, então, a meta de democratização de ensino do 1º Grau?

Infelizmente não é o que os fatos demonstram. Após mais de dez anos de reforma introduzida pela Lei nº 5692/71, continuamos a sustentar o fracasso escolar com uma reprovação de mais de 40% das crianças na 1ª série. Visto que os extremos se perdem na média, esse quadro se torna mais crítico nas regiões em que se concentra a população menos favorecida, a periferia urbana, onde as perdas nas 1ªs séries atingem até 70%. Pesquisa realizada pela S.E. sobre o nível sócio-econômico dos alunos da Grande São Paulo, no final dos anos 70, mostra uma população predominantemente pobre, sendo que 2/3 dela estão concentrados em famílias de faixa de meio a 5 salários mínimos de renda familiar e que dispõem de uma quantia individual insuficiente para cobrir as necessidades básicas do cotidiano — alimentação, moradia, vestuário, transporte.

Por outro lado, pouco mais que 1/3 dos alunos que ingressaram na 1ª série chega à série final após 8 anos.

Embora a Constituição Federal garanta o direito à escola gratuita, dos 7 aos 14 anos, o problema continua sendo o de não garantir, de fato, a escolarização pela possibilidade de permanência e efetiva aprendizagem escolar.

Assegurar ao indivíduo o direito à escolaridade é antes de tudo uma proposta política que dá substância a um direito social.

Os índices de reprovação nas primeiras séries, apresentados pelas escolas estaduais paulistas, mostram que quase metade dos alunos que entram na escola encontram séria barreira logo no início da escolarização. Entre os fatores apontados como responsáveis por esses índices de reprovação, que vão deixando muitos à margem da escola, está o modo de atuar da própria escola.

Abrindo-se para as classes populares, a escola não se reformulou para atender a uma clientela diferente da que estava acostumada a receber.

Desprezando os diferentes níveis de conhecimento trazidos pelas crianças com experiências diversas das esperadas, a escola exige que todos percorram o caminho da mesma forma e no mesmo tempo. Inflexível na sua organização,

utilizando mecanismos discriminatórios e seletivos de avaliação, a escola tem contribuído para manter a marginalização das classes populares do sistema, anulando pedagogicamente o direito social à educação.

No processo de democratização do ensino, a extensão da rede escolar deve vir acompanhada de uma reformulação da escola, da sua organização, dos critérios e padrões de avaliação para que a população que a procura possa ter na garantia a sua permanência e continuidade, bem como a aprendizagem efetiva. Isto não significa simplesmente reduzir as exigências, mas é, antes de tudo, reaver a concepção de ensino e buscar alternativas que garantam a todos a possibilidade de aprender o que é ensinado.

Uma concepção muito arraigada nas escolas é a de que o aluno deve dominar a escrita ao final da 1ª série. Essa idéia não considera as características culturais e o desenvolvimento individual que atuem como variantes na determinação do tempo para aprendizagens da leitura e da escrita.

Um ano letivo tem-se mostrado insuficiente para que a maioria dos alunos consiga chegar ao que se espera no final da 1ª série. Critérios pouco realistas, muitas vezes provenientes de expectativas ideais, fazem com que uma alta porcentagem dos alunos tenha o seu processo de escolarização interrompido e reiniciado, comprometendo seriamente a visão da aprendizagem como processo numa continuidade curricular e obrigando o Estado a carregar o ônus econômico das repetências.

O ganho em termos de aprendizagem de muitos alunos que repetem as 1ªs séries é quase nulo. Se o ensino é retomado no ano seguinte sem considerar o que foi aprendido e as insuficiências apresentadas, o aluno reprovado é obrigado a repassar, da mesma forma, conceitos já assimilados ou que lhe foram apresentados e que ele não conseguiu dominar ou assimilar porque requeriam um tratamento mais intenso e específico. Desestimulado, torna-se candidato a uma nova reprovação e à evasão.

"Quando uma criança fracassa na aprendizagem, a escola lhe dá uma segunda oportunidade: recomeçar o processo de aprendizagem.

Será essa a solução?

Reiterar uma experiência de fracasso, em idênticas condições, não é obrigá-la a criança a repetir seu fracasso?

Quantas vezes um sujeito pode repetir seus erros?

Supomos que tantas vezes quantas sejam necessárias até que abandone seu projeto."

Emília Ferreira

O que assegure maior proveito na aprendizagem não são as medidas que possibilitem a continuidade do processo, oferecendo condições para que o ensino possa ser retomado sempre a partir de onde o aluno parou no ano anterior. Essa opção não significa baixar a qualidade de ensino, mas aumentar as oportunidades para que o maior número de crianças prossiga a aprendizagem com proveito.

Todos os alunos, mesmo os provenientes de laras culturais e economicamente marginalizados, aprendem a ler e escrever, se lhes forem dados o tempo e as condições para que isso se efetive. É o que têm demonstrado trabalhos e estudos realizados no campo de educação e da psicologia da aprendizagem.

II. PROPOSTA DO CICLO BÁSICO

O Projeto de Implantação do Ciclo Básico constitui o ponto de partida de uma tarefa conjunta de reorganização gradativa da escola pública de 1º grau. Essa reorganização, mais que uma medida administrativa, deve ser uma diretriz pedagógica assumida por todos os agentes da educação, no sentido de se encon-

trar um tratamento adequado às necessidades de aprendizagem da clientela e diminuir a distância existente entre o desempenho dos alunos das diferentes camadas da população, garantindo a todos o direito à escolarização.

Abrangendo o que tradicionalmente corresponderia às 1ª e 2ª séries do 1º grau, o Ciclo Básico tem a duração mínima de dois anos para que o aluno tenha o tempo necessário para:

- a aquisição da leitura e da escrita;
- o desenvolvimento da expressão oral e demais formas de expressão;
- a ampliação de sua visão de mundo pela aquisição de conhecimentos e habilidades fundamentais das diferentes áreas do currículo (Matemática, Ciências Humanas, Físicas e Biológicas).

Para entender a proposta do Ciclo Básico, alguns pontos precisam ser explicitados:

a) A natureza da aprendizagem da língua escrita

Se concebemos a escrita como um código de transcrição do sonoro para o gráfico, colocamos em primeiro plano a discriminação visual e auditiva e a preparação para a leitura se resume na exortação dessas discriminações, privilegiando-se o significantes (grafia) dissociado do significado e, desta forma, destruindo a palavra, privilegiando a técnica e a mecanização.

Ao concebemos, entretanto, a língua escrita como a compreensão de um sistema de representação em que a grafia das palavras e seu significado estão associados, nossa atitude será diferente, já que nos preocuparemos com a apropriação de um novo objeto de conhecimento, com os elementos que compõem nosso sistema de escrita e com as regras que o produzem; estaremos realizando uma aprendizagem conceitual.

b) A definição da prática pedagógica

Uma prática pedagógica consciente e assumida pelo professor oupõe não só o conhecimento do objeto de aprendizagem como também uma concepção da relação do indivíduo com o objeto de conhecimento.

A concepção de que o conhecimento é algo sagrado, imutável e não modificável que se recebe de um informante autorizado leva a uma prática pedagógica em que o aluno é o espectador passivo ou receptor mecânico sem nunca arriscar as perguntas do "por quê" ou "para quê", e o professor é o definidor dos prazos e dos processos.

A concepção de que o conhecimento se constrói pela mobilização de conhecimentos já adquiridos, ampliando-os, leva a uma prática pedagógica em que o aluno é o agente da ação a partir do qual se define o que é "fácil" ou "difícil" e o prazo do processo. O professor é o estimulador e incentivador da natural curiosidade da criança em compreender o que à cerca.

Quando o Ciclo Básico coloca ênfase no respeito ao ritmo dos alunos, não se deve confundir isso com uma atitude pedagógica de quem fica esperando que "o castelo se dê". O desenvolvimento das potencialidades da criança depende da estimulação que ela recebe, dos desafios que lhe são propostos e da possibilidade de superá-los e das suas interações sociais.

Dessa forma, a prática pedagógica não se reduz ao método utilizado ou a uma relação de conteúdos, mas se apóia sobre uma reflexão epistemológica e

uma revisão da interação professor e aluno.

c) A posição e o significado da avaliação

Deixando de ser um instrumento de seletividade que decide ao final do ano sobre a promoção ou a retenção do aluno, a avaliação deverá servir para diagnosticar os progressos apresentados pelo aluno em relação ao seu saber anterior bem como os resultados de um trabalho pedagógico visando à tonada de provas e avaliações posteriores. Servirá, assim, para dar indicações a respeito da maneira de atuar do professor e da própria escola numa situação concreta e sugerir caminhos para o reforço, para a intensificação e/ou reformulação do ensino pois só ela permite ao professor tomar decisões não-aleatórias.

O Ciclo Básico deverá garantir:

- aos alunos que aprenderem a ler e a escrever e adquiriram os conhecimentos e habilidades previstos, a passagem para níveis posteriores de escolarização;
- aos alunos que não alcançaram o desenvolvimento previsto, a permanência em classes correspondentes ao estágio em que se encontram;
- aos alunos mais velhos, com atraso escolar, a possibilidade de cursar o Ciclo Básico em menos de dois anos, se mostrarem capacidade para tanto.

d) C início da reorganização da escola de 1º Grau

O Ciclo Básico constitui o ponto de partida de uma reorganização gradativa da escola de 1º grau. Essa reorganização deve ter sua continuidade, com a participação de todos os envolvidos em educação, no sentido de uma reformulação curricular das séries subsequentes, uma revisão da prática pedagógica e do Estatuto do Magistério para oficializar e universalizar para os professores de todas as séries de 1º grau as necessárias condições de trabalho, e um Regimento Escolar adequado a uma escola que se quer democrática.

Do que foi exposto, emerge naturalmente a questão de que qualquer mudança em educação terá que atingir o espaço em que se efetiva a ação educativa — o professor e o aluno. Nesse sentido, foram previstas medidas para garantir:

1) ao aluno:

- a permanência de duas horas a mais, por dia, quando necessitar de atendimento mais individualizado (grupo de apoio suplementar);
- sendo reforçada principalmente aos que permanecerem na escola para os grupos de apoio;
- fornecimento de material didático aos alunos que dele precisarem.

2) ao professor:

- duas horas semanais para discussão, avaliação e reformulação da prática pedagógica junto com seus pares;

- consignação de pontos válidos para concurso de ingresso, remoção e regência de classes;
- encontros e cursos de aperfeiçoamento e atualização;
- carga suplementar para atendimento às duas horas diárias de apoio suplementar às crianças.

III IMPLANTAÇÃO

1) Abrengência

A implantação do Ciclo Básico alcançou, em 1984, as classes correspondentes à 1ª série do 1º grau nas escolas da rede estadual, tanto urbana como rural, envolvendo um total de 842.238 alunos e cerca de 30.000 professores. Em 1985, o Ciclo Básico estendeu-se para o 2º ano de escolarização, atingindo as classes correspondentes às 1ª e 2ª séries do 1º grau num total de 1.547.000 alunos (580.000 ingressantes; 840.000 em continuidade e 127.000 retidos em 1984 na 2ª série) e cerca de 50.000 professores.

2) Divulgação

Os dirigentes dos órgãos Centrais e os membros das equipes técnicas eg tiveram, no final de 1983, nas Divisões Regionais de Ensino (DREs), reunindo-se com os Diretores Regionais, Assistentes Técnicos, Delegados de Ensino, Supervisores e Monitores para apresentação e discussão da Proposta de Ciclo Básico. Nessas reuniões em nível regional pôde-se sentir alguma resistência quanto à implantação de uma proposta de reorganização da escola devido a uma experiência anterior, muito desgastante, representada pelo Ato nº 306/68.

Num segundo momento, as DREs procederam à divulgação junto às Delegacias de Ensino (DES) e estas junto às Unidades Escolares (UES), conforme planos por elas elaborados.

3) Elaboração de documentos

Para subsidiar a divulgação nos diferentes níveis da estrutura da SE, e principalmente na escola, foram elaborados os seguintes documentos:

- "Carta escolar - Por uma escola democrática" - com uma tiragem de 300.000 exemplares para distribuição à comunidade.

Esse documento da ATPCE informa sobre as diretrizes da S.E., sobre o desempenho do sistema escolar e sobre a situação educacional do município ou região a que se destinava.

- "Informativo CENP - Ciclo Básico" - 1984 - que apresenta orientação pedagógica no que diz respeito à flexibilidade da organização curricular e da seriação, ao sentido da avaliação, à organização de classes e ao atendimento aos alunos.

- Projeto IPB - Módulo Ciclo Básico da CENP - composto de 7 fascículos que subsidiaram as discussões dos 7 programas emitidos em 1984/85 sobre questões do Ciclo Básico:

1º) Ciclo Básico: uma proposta de reformulação da escola de 1º Grau.

- 2ª) A integração social da criança na escola e a alfabetização.
- 3ª) O processo de alfabetização e as outras áreas.
- 4ª) Avaliação do aluno no Ciclo Básico.
- 5ª) Discutindo problemas de aprendizagem.
- 6ª) A organização escolar e o Ciclo Básico.
- 7ª) Revendo a escola pública de 1º grau.
- "Revendo a proposta de alfabetização" - série de cinco textos, complementados por programas emitidos pela televisão:
- 1ª) A criança da escola pública: deficiente, diferente ou mal trabalhada?
- 2ª) Como se aprende a ler e a escrever ou prontidão um problema mal colocado.
- 3ª) Caminhos e descaminhos da fala, da leitura e da escrita na escola.
- 4ª) Revendo algumas práticas de alfabetização.
- 5ª) Algumas considerações sobre formas de trabalho na escola.
- "Didática do nível pré-silábico", texto de autoria da Profª Esther Pillar Grossi, distribuído no I Encontro Estadual de Alfabetizadores, promovido pela CENP, nos dias 21 e 22 de outubro de 1985, em São Paulo.

4) Adoção de medidas legais e administrativas

- Parecer do CEE nº 1912/83 - D.O. de 31/12/83 - que aprova a implantação do Ciclo Básico na rede estadual de ensino;
- Decreto nº 21.833 de 18/12/83 que institui o Ciclo Básico no ensino de 1º grau das escolas estaduais.
- Resolução S.E. nº 12/84, D.O. de 18/01/84 - que dispõe sobre a atribuição de classes e carga suplementar do Ciclo Básico.
- Resolução S.E. nº 13/84, D.O. de 18/01/84 - que fixa normas atinentes ao Ciclo Básico.
- Resolução S.E. nº 196/84 - D.O. de 23/07/84 - para realização das reuniões previstas no Regulamento do Ciclo Básico.
- Resolução S.E. nº 196/84 - D.O. de 23/07/84 - que possibilita a contratação de professores, sem vínculo com a escola, para atendimento aos grupos de apoio suplementar.
- Regulamentação da forma de consignação de pontos aos professores do Ciclo Básico, prevista no Regulamento.
- Repasse das verbas para os órgãos executivos a fim de que fosse agilizada a operacionalização do Projeto.
- Suplementação de 1,5 bilhões para reforço da merenda escolar.

- Parecer CEE nº 1532/84 - D.O. de 18/10/84 sobre a avaliação dos alunos que ingressaram no processo de Ciclo Básico em 1984.
- Parecer CEE nº 1798/85 - D.O.E. de 19/11/85 - deliberando sobre a responsabilidade da Secretaria de Educação no procedimento das adaptações necessárias aos processos de avaliação, aos registros e aos documentos escolares relativos à implantação do Ciclo Básico.
- Resolução SE nº 241 - D.O.E. de 30/11/85 - dispõe sobre a sistemática de avaliação no Ciclo Básico.
- Anexo da Resolução SE nº 241/85 - D.O.E. de 30/11/85 - oferecendo modelo de ficha descritiva do rendimento do aluno do Ciclo Básico.
- Comunicado S.E. de 29/11/85 - D.O.E. de 30/11/85 - fixando parâmetros para promoção do aluno no Ciclo Básico.
- Comunicado conjunto CEI/COGSP/CENP/DISAETE - D.O.E. de 13/12/85 - fixando diretrizes sobre uniformidade de procedimentos quanto à expedição do Histórico Escolar...

5) Elaboração do Plano Integrado de ações dos diferentes órgãos

Além do apoio de natureza conceptual — pedagógico e legal, a S.E. elaborou um plano integrado de ações dos diferentes órgãos da Administração Central, canalizando recursos humanos, financeiros e administrativos no atendimento à assessoria e apoio requeridos pela rede.

6) Encontros e Treinamentos para capacitação do pessoal docente e técnico

Num primeiro momento, a S.E. utilizou sua organização estrutural para atingir as UEs. Os Órgãos Centrais realizaram Encontros e Treinamentos para capacitação do pessoal técnico das DREs e IEs — Assistentes Técnicos, Supervisores e Monitores — que seriam os responsáveis pela implantação do Ciclo Básico junto às UEs de sua região.

Como o fluxo das informações na S.E. é prejudicado pela complexidade de sua estrutura que supõe a passagem em três níveis de administração antes de chegar à UE, verificou-se que, no final do 1º semestre de 1984, grande número de professores e diretores de escola não tinham as informações necessárias sobre o Ciclo Básico.

Para intensificar a capacitação de Recursos Humanos, atingindo o maior número possível de pessoas em menor tempo possível, a S.E. desenvolveu, no 2º semestre, o Projeto IPÉ - com utilização de um sistema de multimeios: televisão, rádio, texto impresso e teleposto, para treinamento de professores e especialistas em educação.

Em cada sessão do teleposto havia a audiência do programa emitido pela TV (30 minutos), a discussão do tema subsidiada pelo fascículo (60 minutos) e a audição pelo rádio (30 minutos) das respostas às dúvidas surgidas durante o debate e encaminhadas, por telefone, à Rádio Cultura, onde uma equipe técnica da S.E. respondia às questões formuladas.

A abrangência prevista (30.000 profissionais) foi ultrapassada, atingindo 83.687 participantes do teleposto.

Em 1985, foi proposto — através do Projeto IPÉ — um curso sobre alfabetização baseado nos mais recentes estudos e discussões de pesquisadores de diversas partes do mundo preocupados com a questão escolar nos anos iniciais de escolarização, bem como em experiências vivenciadas na rede de ensino.

7) Acompanhamento e Avaliação

O acompanhamento da implantação do Projeto foi realizado através de encontros e reuniões a nível central ou regional. No final do ano, a S.E., com a assessoria da Fundação Carlos Chagas, realizou a avaliação do 1º ano de implantação do Ciclo Básico "na perspectiva de garantir não só uma compreensão abrangente do que significou a caminhada empreendida em 1984 mas, igualmente, de buscar na voz de seus principais agentes as críticas e as sugestões que, representando um real compromisso com os destinos do Projeto impliquem o aperfeiçoamento contínuo de sua efetiva implantação" - Doc. - A Implantação do Ciclo Básico - Avaliação do 1º ano - ACPCE/SEESP - 1985.

Como síntese da avaliação do Ciclo Básico em seu primeiro ano de implantação, destacamos as respostas dadas pelas equipes escolares à seguinte questão: na sua opinião a proposta do Ciclo Básico está alcançando seus objetivos? Por quê?

ALCANÇE DOS OBJETIVOS PROPOSTOS PELO CICLO BÁSICO

	INTERIOR			GRANDE SÃO PAULO		
	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3	GRUPO 1	GRUPO 2	GRUPO 3
SIM	51,16	51,35	50,0	85,0	73,5	41,9
EM PARTE	30,23	37,83	26,78	15,0	26,5	38,7
NÃO	16,60	10,81	23,21	-	-	19,3

LEGENDA: GRUPO 1 - escolas com índice médio de retenção variando entre 0 e 20%.

GRUPO 2 - escolas com índice de retenção variando entre 21% e 40%.

GRUPO 3 - escolas com índice de retenção maior do que 41%.

FONTE: "A Implantação do Ciclo Básico" - Avaliação do Primeiro Ano - ACPCE/Fundação Carlos Chagas, 1985.

Para que esses números que são muito positivos não sejam encarados de forma fria, apresentamos a seguir alguns comentários que os tornam mais vivos.

Grande São Paulo e Interior, Grupo 1:

"Sim conseguimos o envolvimento de todos os professores; o êxito foi total: veio ao encontro das necessidades da criança; ofereceu abertura às escolas; não há alunos abandonados; houve maior aproveitamento; na medida do possível, na zona rural, não há muita novidade; acreditamos no sucesso do Ciclo Básico."

Grande São Paulo e Interior, Grupo 2:

"Sim, os alunos estão integrados e os professores mais satisfeitos; em 1985 o índice de retenção diminuirá; o trabalho tornou-se mais adequado; só o em 131 alunos não alcançaram bons resultados."

Grande São Paulo e Interior, Grupo 3:

"Sim, não houve evasão e melhorou o rendimento; sim, apesar do ensaio e erro, atende às necessidades da criança; sim, mas há excesso de trabalho para o professor; incentivou o aluno; artes o professor não ti-

nha tempo nem para o lento nem para o acelerado; sim, mas é preciso cuidado para que não voltemos à estaca zero."

Grande São Paulo e Interior, Grupos 1, 2 e 3:

"lentamente, mas ainda é cedo para avaliar. Talvez futuramente; em parte, porque nos pegou de surpresa; avaliá-lo seria problemático. no entanto houve reflexão sobre a problemática da alfabetização suas causas e conseqüências; temos pela continuidade; esperamos que consigamos tirar."

Grande São Paulo e Interior, Grupos 1, 2 e 3:

"Não, faltou apoio técnico; não ainda; não sabemos como falar com os pais e registrar as avaliações; nada mudou, o Ciclo Básico não foi implantado; para as escolas pequenas não há novidade; para o aluno fresco o grupo de apoio pouco adianta. Há muita papelada para ser preenchida, o G.A.S. não funcionou bem, falta um coordenador e há um número muito grande de alunos por classe."

A par dessas avaliações algumas medidas foram redirecionadas, tais como: a possibilidade de professores sem vínculo com a escola assumirem o Grupo de Apoio; suplementação de merenda; 2 horas semanais remuneradas, para reuniões, extensivas aos professores de 3ª e 4ª séries; utilização do Projeto IPÊ para discutir a questão da alfabetização com mais profundidade.

IV CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reorganização do Ensino de 1º Grau é uma necessidade que vem sendo enfatizada e discutida em todos os níveis da sociedade brasileira. Em São Paulo, o primeiro passo dado nessa direção foi a implantação do Ciclo Básico que, iniciada em 1984, trouxe uma proposta cuja concretização nas escolas deve ser analisada, criticada e aperfeiçoada.

No Ciclo Básico, alguns aspectos considerados importantes puderam ser enfrentados de forma concreta:

- avaliação do desenvolvimento do aluno e não da sua classificação;
- ênfase no valor do conteúdo curricular além da importância ao seu papel instrumental desde a alfabetização;
- importância da continuidade do processo ensino-aprendizagem;
- importância em se desenvolver a solidariedade grupal a partir da classe;
- valorização do professor como mediador da cultura a ser transmitida e do grupo de educadores da escola como co-responsável nesse processo;
- importância do apoio técnico e da supervisão como fatores de melhoria do ensino;
- respeito ao ambiente sócio-econômico-cultural de origem do aluno e sua consideração na programação das atividades escolares;
- importância de se colocar à disposição das escolas maiores recursos (extensão do horário de atividades dos alunos, reuniões para professores);

— repasse de recurso financeiro, direto para as escolas adquirirem material de consumo e didático;

— compreensão e valorização positiva da diversidade entre os alunos à luz do conhecimento do desenvolvimento geral da criança.

Todos esses fatores foram levados à discussão durante o ano na tentativa de concretização da proposta educacional.

Em pouco tempo de trabalho desenvolvido em uma rede de escolas muito grande, há dúvidas que ainda permaneçam e há questões que não foram resolvidas, no entanto certamente há um resultado a reconhecer — o envolvimento dos educadores — ainda restrito aos professores do Ciclo Básico e especialistas, porém significativo.

No decorrer de 1985, avançou-se no encaminhamento da reformulação da proposta curricular que, integrada no 1º grau completo, deverá ser consolidada e aperfeiçoada a partir de 1986. Ainda em 1985 também alterou-se a sistemática de avaliação do Ciclo Básico, através de mecanismos próprios da Secretaria da Educação, que incorporaram as colaborações da rede de ensino.

Em 1986, as mudanças deverão integrar o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º Grau e o Regimento Comum das Escolas Estaduais de 1º e 2º Graus.

Até mesmo tempo, e apoiado nesse trabalho inicial, todo o 1º Grau está já sendo coordenado para a construção de uma proposta curricular que interpreta a política educacional deste governo.

As ações estarão voltadas para a elaboração de um projeto de ensino que corresponda às necessidades concretas do aluno da escola pública — tanto no aspecto curricular, pedagógico propriamente dito, como no aspecto organizacional da unidade escolar que lhe permita executar a tarefa de realização desse currículo.

DOCUMENTOS LEGAIS - SISTEMÁTICA DA AVALIAÇÃO NO CICLO BÁSICO

PARECER 1788/85 - da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, relatado pelo Cons^l Luiz Antônio de Souza Amaral

DELIBERAÇÃO: Enquanto não for alterado o Regimento Comum das escolas de ensino de 1º grau da Rede Pública, que deverá incorporar o Ciclo Básico, o que deverá ser proposto pela Secretaria da Educação com a maior brevidade, a solução da presente situação em que se encontra o processo de implantação do Ciclo Básico é a seguinte:

Caberá à Secretaria da Educação proceder as necessárias adaptações aos processos de avaliação, aos registros e aos documentos escolares, por meio de Resoluções, de tudo dando conhecimento ao Conselho Estadual de Educação.

(Publ. no D.O.E. 19 nov. 1985, p.11, com retificação a 26 nov. 1985, p.12)

RESOLUÇÃO SE Nº 341/85

Dispõe sobre a sistemática de avaliação no Ciclo Básico, instituído pelo Decreto 21.833, de 28 de dezembro de 1983 e regulamentado pela Resolução SE Nº 13/84.

O Secretário de Estado da Educação, considerando:

- o Parecer 1788/85 da Câmara do Ensino do Primeiro Grau do CEE, publicado no D.O.E. de 19/11/85;
- que o Ciclo Básico caracteriza-se por integrar em um "continuum" o processo de ensino-aprendizagem correspondente aos dois primeiros anos do 1º Grau, com vistas a garantir maior oportunidade de sucesso ao conjunto dos alunos no que se refere ao domínio dos mecanismos básicos da leitura e escrita e à aquisição de conhecimentos e habilidades previstos nas demais áreas do currículo;
- que a proposta educacional do Ciclo Básico supõe a reorganização gradativa do trabalho escolar e a revisão curricular fundada nos avanços científicos e no compromisso explícito com uma oferta de ensino acessível ao conjunto dos alunos, de forma a tratar adequadamente as necessidades de aprendizagem;
- que a avaliação do rendimento escolar é parte integrante da proposta educacional do Ciclo Básico e que portanto deve ser feita em função dela, deixando de ser um instrumento destinado à mera aprovação ou retenção do aluno para se constituir em importante recurso de que

dispoõe a escola, possibilitando a identificação dos fatores que facilitam ou dificultam a aprendizagem e a tomada de decisão sobre as estratégias mais adequadas para abordá-los, resolve:

ARTIGO 1º - A avaliação do processo ensino-aprendizagem deverá abranger o desempenho do aluno, a atuação do professor, o funcionamento da escola e do sistema de ensino, ensejando providências com vistas a:

- I - adequar o processo ensino-aprendizagem ao ritmo do aluno e às suas características sócio-culturais;
- II - subsidiar a eventual reorganização das turmas e a constituição de grupos de apoio suplementar;
- III - orientar a escolha de métodos e estratégias de ensino;
- IV - subsidiar as decisões da escola sobre a organização do seu trabalho;
- V - subsidiar decisões a nível de sistema de ensino.

ARTIGO 2º - A verificação do rendimento escolar deverá compreender a avaliação do aproveitamento e a apuração da assiduidade.

PARÁGRAFO ÚNICO - No caso dos alunos encaminhados para os grupos de apoio suplementar, o professor incorporará na avaliação o aproveitamento e assiduidade nestes grupos.

ARTIGO 3º - A avaliação do aproveitamento deverá ser baseada na observação sistemática do desempenho do aluno nas várias atividades registradas, em trabalhos realizados, e nos resultados de provas eventualmente aplicadas.

ARTIGO 4º - Os dados obtidos na avaliação do aproveitamento do aluno deverão ser registrados numa ficha descritiva de objetivos e conteúdos dominados em cada componente curricular, de modo tal que retrate, de maneira adequada, o processo de evolução do aluno, em relação à programação do Ciclo Básico.

§ 1º - os registros são cumulativos e deverão ser lançados na ficha descritiva de forma contínua durante todo o processo, tendo seus momentos de síntese ao final de cada semestre;

§ 2º - No final de cada semestre, o professor registrará, em lugar apropriado da ficha descritiva, sua apreciação a respeito do desempenho global do aluno no semestre considerado, devendo enviá-la à Secretaria da escola.

ARTIGO 5º - No final de dois anos, duração mínima do Ciclo Básico o professor registrará o parecer conclusivo, de forma tal, que fiquem bem caracterizadas as possibilidades de continuidade de estudos do aluno.

ARTIGO 6º - No final do Ciclo Básico será promovido para a 3ª série do 1º Grau, o aluno que tiver frequência igual ou superior a 75% sobre o total de dias letivos deste Ciclo, e atingir os objetivos, dominar os conteúdos de Língua Portuguesa e Matemática, em função de critérios estabelecidos pela Secretaria da Educação.

PARÁGRAFO ÚNICO - Os alunos de frequência regular que tenham apresentado rendimento aquém dos parâmetros previstos, mas que estejam próximos deles, poderão ser promovidos, a critério da escola, desde que seja elaborado um plano de complementação de estudos a ser homologado pela Delegacia de Ensino.

ARTIGO 7º - Os alunos com defasagem idade-série, que tiverem dominado os objetivos e conteúdos previstos, em menos de dois anos, poderão, excepcionalmente, ser promovidos para a 3ª série, a critério da escola e em consonância

com a legislação vigente, independentemente do mínimo de frequência fixado no artigo 6º.

ARTIGO 8º - Aos alunos que permanecerem no Ciclo Básico após dois anos letivos deverá ser assegurada a continuidade de estudos, sem repetição dos conteúdos já dominados.

ARTIGO 9º - A frequência em grupos de apoio poderá ser utilizada para compensação de ausências, correspondendo cada 04 (quatro) horas aula a um dia letivo.

ARTIGO 10 - Os pais e ou responsáveis deverão ser informados sobre o desempenho de seu filho durante o processo, possibilitando, ao final de cada semestre, a análise dos dados.

ARTIGO 11 - O aluno concluinte do Ciclo Básico, em caso de transferência para outro sistema de ensino, terá direito à matrícula na 3ª série do 1º Grau.

ARTIGO 12 - Em caso de transferência do aluno matriculado no Ciclo Básico a escola expedirá informações sobre ano de matrícula, frequência e rendimento do aluno, oferecendo elementos para a escola receptora decidir a respeito de sua matrícula no seu sistema.

§ 1º - As informações fornecidas pela escola são as constantes do Histórico Escolar e da cópia da ficha descritiva do aluno, onde os itens prejudiciais serão devidamente inutilizados, mediante rubrica do professor.

§ 2º - No que se refere ao Histórico Escolar, observar o que se segue:

- na coluna 1ª série, escrever: Decreto 21.533 de 28/12/63;
- na coluna 2ª série, escrever: Resolução SE nº 241/85 de 29/11/85.

ARTIGO 13 - Será garantida a matrícula no Ciclo Básico ao aluno oriundo da 1ª ou 2ª séries do 1º Grau ou de outros sistemas de ensino.

PARÁGRAFO ÚNICO - O aluno será colocado no agrupamento que melhor se ajuste ao estágio do processo de escolarização.

ARTIGO 14 - Em cada Escola da Rede Estadual que mantenha o ensino do 1º Grau será constituído o Conselho de Ciclo Básico.

§ 1º - Integrarão este Conselho o Diretor da Escola e demais Especialistas da Educação, os Professores do Ciclo Básico e Professores do Grupo de Apoio Suplementar.

§ 2º - Os professores das 3ªs séries da escola deverão participar da reunião ordinária do 4º semestre do Conselho do Ciclo Básico.

ARTIGO 15 - Caberá ao Conselho de Ciclo Básico, baseado em diretrizes traçadas pela Secretaria da Educação, tratar de questões relativas a:

- I - currículo e metodologia adequada;
- II - agrupamento e renascimento de alunos;
- III - formação de grupos de apoio suplementar;
- IV - promoção ou permanência do aluno no Ciclo Básico;
- V - transferência de alunos;
- VI - outras providências visando à aceleração do ritmo de aprendizagem do aluno.

ARTIGO 16 - O Conselho de Ciclo Básico reunir-se-á ordinariamente no fim de cada semestre e sempre que necessário por solicitação de 50% dos seus membros ou a critério do Diretor da Escola.

ARTIGO 17 - Não se aplicam ao Ciclo Básico os itens do Regimento Comum das Escolas de 1º Grau e de 1º e 2º Graus relativos à verificação do rendimento escolar e Conselhos de Série e Classe.

ARTIGO 18 - Ficam revogados os artigos 12, 13, 14 e 15 da Resolução SE nº 13/84.

ARTIGO 19 - Os casos omissos serão resolvidos pela autoridade competente.

ARTIGO 20 - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

ANEXO DA RESOLUÇÃO SE Nº 241/85

MODELO DE FICHA DESCRITIVA DO RENDIMENTO DO ALUNO DO CICLO BÁSICO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO
COORDENADORIA DE ENSINO
DIVISÃO REGIONAL DE ENSINO
DELEGACIA DE ENSINO DE

FICHA DESCRITIVA DO RENDIMENTO DO ALUNO CICLO BÁSICO 1ª PARTE						
ESCOLA ESTADUAL _____						
NOME DO ALUNO _____						
DATA E LOCAL DE NASCIMENTO _____						
ANO DE MATRÍCULA NO CICLO BÁSICO _____						
ANO DE CONCLUSÃO DO CICLO BÁSICO _____						
FREQUENTOU O GRUPO DE APOIO SUPLEMENTAR? _____						
De ____ a ____ De ____ a ____ De ____ a ____ De ____ a ____						
FREQUENCIA	1º SEMESTRE	2º SEMESTRE	3º SEMESTRE	4º SEMESTRE	SEMESTRE	SEMESTRE
DIAS LETIVOS						
FALTAS						
DIAS LETIVOS NO GAS						

SEMESTRES	APRECIÇÃO SOBRE O RENDIMENTO DO ALUNO	PARECER FINAL (Possibilidades de continuidade de estudos do aluno)
1º SEMESTRE		CONCLUSÃO: Portanto, o aluno deve: <input type="checkbox"/> ser promovido para a 3ª série do 1º Grau <input type="checkbox"/> permanecer no Ciclo Básico
2º SEMESTRE		
3º SEMESTRE		
4º SEMESTRE		

Para o aluno que permanece no Ciclo Básico, após 2 anos:

... SEMESTRE	
... SEMESTRE	
PARECER FINAL SOBRE A POSSIBILIDADE DE CONTINUIDADE DE ESTUDOS DO ALUNO	
CONCLUSÃO: Portanto, o aluno deve: <input type="checkbox"/> ser promovido para a 3ª série do 1º Grau <input type="checkbox"/> permanecer no Ciclo Básico	

PROFESSOR(ES)	PERÍODO	MATERIAL DIDÁTICO UTILIZADO

A SEQUÊNCIA A SER TRABALHADA SERÁ AQUELA QUE O PROFESSOR JULGAR MAIS CONVENIENTE E ADEQUADA E NÃO NECESSARIAMENTE A APRESENTADA. PARA O PREENCHIMENTO AS SINAIS CADA ITEM COM OS CÓDIGOS 1º, 2º, 3º, 4º, ..., CONFORME OS SEMESTRES.

CLASSE	LÍNGUA PORTUGUESA	ALUNO
	<p>Revela familiaridade com a escrita, distinguindo letra do rabisco ou desenho, identificando seu nome ou outras palavras, e no manuseio de livros e cadernos.</p> <p>Apresenta desenvoltura no manuseio do lápis e do papel ao fazer traçados gráficos.</p> <p>Percebe que as letras representam os sons da fala.</p> <p>Percebe detalhes gráficos das letras, identificando semelhanças e diferenças.</p> <p>Expressa-se oralmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> - conversando - relatando, com seqüência, acontecimentos vivenciados - reproduzindo, com seqüência, histórias ouvidas - criando histórias <p>Reconhece e escreve:</p> <p>a) famílias silábicas formadas por consoante e vogal (ba/ca/da/fa/ga/la/ma/pa/ra/sa/ta/va/za/ja/xá)</p> <ul style="list-style-type: none"> - de 1 a 4 - de 5 a 10 - todas <p>b) grupos consonantais</p> <ul style="list-style-type: none"> - br/cr/dr/fr/gr/pr/tr/vr - bl/cl/fl/gl/pl/tl/vl <p>c) r/s/z/l pós-vocálicos</p> <ul style="list-style-type: none"> - até dois - todos <p>d) m/n/ pós vocálicos</p> <p>e) h inicial</p> <p>f) ça/ça/çu</p> <p>g) ce/ci</p> <p>h) ge/gi</p> <p>i) dígrafos: rr/ss/ch/lh/nh/qu/gu</p> <ul style="list-style-type: none"> - até dois - até quatro - todos <p>j) ão</p> <p>k) emprega as formas maiúsculas e minúsculas das letras lã.</p> <p>a) palavras novas que apresentam sílabas já estudadas</p> <p>b) frases, revelando compreensão</p> <p>c) pequenos textos, revelando compreensão</p> <p>d) obras infantis, revelando compreensão</p> <p>Escreve:</p> <p>a) palavras novas com sílabas já estudadas</p> <p>b) frases</p>	

- c) pequenos textos, sem apresentar, ainda, convenções da escrita (separação entre palavras, pontuação, correção gráfica...)
- d) pequenos textos, observando a separação entre palavras, o uso de maiúsculas no início da frase, a pontuação (ponto final e de interrogação), a correção gráfica.

Outros aspectos:

MATEMÁTICA

NÚMERO NATURAL

- Escreve e nomeia números naturais.
- Dado um número natural exibe ou representa uma coleção de objetos que a ele corresponde e reciprocamente.
- Decompõe um número natural nas unidades das diversas ordens.
- Compara dois números naturais.
- Escreve uma seqüência de números naturais em ordem crescente ou decrescente.
- Dá o sucessor e o antecessor de um número natural, em especial dos múltiplos de dez.
- Identifica e utiliza escritas equivalentes de um mesmo número natural.

OPERAÇÕES

- Identifica a adição com uma situação-problema que envolve a idéia de juntar.
- Identifica a multiplicação com uma situação-problema que envolve uma adição de parcelas iguais.
- Identifica a subtração com uma situação-problema que envolve a idéia de tirar, a de comparar, ou de completar.
- Identifica a divisão com uma situação-problema que envolve a idéia de separar uma coleção em grupos com um mesmo número de objetos.
- Relaciona entre si os fatos fundamentais da adição.
- Relaciona entre si os fatos fundamentais da multiplicação.
- Relaciona os fatos fundamentais da subtração com os da adição.
- Relaciona a divisão de dois números com subtrações sucessivas do segundo em relação ao primeiro.
- Relaciona a divisão com a multiplicação, nos casos em que o resto é zero.
- Calcula a soma de dois números naturais.
- Calcula o produto de dois números naturais, sendo um deles menor que dez, ou múltiplo de dez.
- Calcula a diferença entre dois números naturais.
- Calcula o quociente e o resto de uma divisão em que o segundo número é menor que dez, não necessariamente através de uma técnica operatória.

GEOMETRIA

- Reconhece e organiza formas simples.

Outros aspectos:

ESTUDOS SOCIAIS

Organiza e executa suas atividades diárias.

Identifica as características pessoais e das pessoas com as quais convive em casa e na escola.

Identifica as relações existentes entre as pessoas com as quais convive: de parentesco, de amizade, de cooperação, de trabalho, e de estudo.

Distingue as ocupações, remuneradas ou não, das pessoas de sua casa, da escola e da vizinhança.

Conhece a evolução e identifica os diferentes:

- tipos de habitação
- meios de transporte e locomoção
- meios de comunicação

Reconhece e percebe eventuais carências na satisfação das necessidades básicas do homem: alimentação, vestuário, higiene, habitação, afeto, lazer, sono, segurança e comunicação/expressão.

Conhece os recursos naturais e sociais existentes nas proximidades de sua casa e da sua escola.

Consegue se localizar no espaço, a partir de um ponto de referência.

Descreve e representa graficamente roteiros do trajeto casa/escola.

Identifica intervalos de tempo: ontem, hoje, amanhã, semana, mês e ano.

Descreve sua própria história e a história de sua escola.

Outros aspectos:

CIÊNCIAS E PROGRAMAS DE SAÚDE

Descreve objetos e seres vivos.

Classifica e compara objetos e seres vivos.

Descreve os animais conhecidos: características externas, locomoção, meio em que vive, reprodução e alimentação.

Identifica as partes de uma planta.

Descreve as fases da germinação.

Identifica alguns fatores que interferem na germinação: água, luz, calor.

Reconhece a importância dos animais e das plantas para a vida do homem.

Caracteriza recursos naturais: origem e utilização.

Reconhece a importância da preservação da natureza.

Caracteriza a formação do dia e da noite.

Identifica as estações do ano.

Reconhece e utiliza unidades de medida de tempo e comprimento.

Identifica as diferenças entre o masculino e o feminino.

Caracteriza as diferentes etapas do crescimento e desenvolvimento do homem.

Reconhece a influência da alimentação sobre o crescimento e desenvolvimento.

Reconhece a importância da higiene pessoal.

Identifica o uso correto da água de beber.

Reconhece a importância da destinação correta ou inadequada do lixo e dos dejetos.

Identifica situações favoráveis à provocação de acidentes.

Reconhece a relação entre as situações de aglomeração (promiscuidade) e agravos à saúde.

Reconhece a relação entre a ação das vacinas e a prevenção de doenças, principalmente infantis.

Outros aspectos:

ATIVIDADE DESENVOLVIDA COM A CLASSE			EDUCAÇÃO FÍSICA	PARTICIPAÇÃO DO ALUNO		
Nunca	Algumas vezes	Frequentemente		Nunca	Algumas vezes	Sempre
			<p>Atividades desenvolvidas através de exercícios, jogos ou brincadeiras:</p> <p>Estruturação do Esquema Corporal:</p> <ul style="list-style-type: none"> .exploração das diferentes posições do corpo: sentar-se, deitar-se, ajoelhar-se, etc. .atividades que trabalhem os segmentos: braços, pernas, torso, cabeça e suas combinações. .atividades que trabalhem a dominância lateral: lançar, chutar, bater a bola e outros materiais, livremente, assim como saltitar e saltar sobre um pé. <p>Percepção das Relações Espaciais:</p> <ul style="list-style-type: none"> .atividades com diferentes materiais explorando centro, fora, em cima, embaixo, etc. através do andar, correr, saltar. .atividades com e sem materiais, explorando direções: lançar para cima, correr para trás. <p>Percepção das Relações Temporais:</p> <ul style="list-style-type: none"> .atividades em diferentes velocidades e trajetórias: andar lentamente em linhas retas, correr em zigue-zague, etc. .atividades rítmicas, com e sem deslocamentos (andar, correr, sentados, etc.) com marcação rítmica do próprio corpo (palmas, batidas de pé, etc.). .atividades rítmicas: danças folclóricas e canções populares. <p>Coordenação Motriz (global e seletiva):</p> <ul style="list-style-type: none"> .exercícios de equilíbrio sobre objetos e de objetos: equilibrar-se sobre um banco, equilibrar um bastão, etc. .atividades de lançar, rolar, bater a bola, objetos, visando alvos fixos e móveis, etc. <p>Outros aspectos:</p>			